

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.095 - SP  
(2019/0343862-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : JOSÉ AUGUSTO SIMÕES**  
**ADVOGADO : ANDRE PAULA MATTOS CARAVIERI E OUTRO(S) -**  
**SP258423**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134**  
**DANIEL DE SOUZA - SP150587**  
**MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA E OUTRO(S) - SP200874**  
**LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357**  
**CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI E OUTRO(S) - SP304688**

### **DECISÃO**

Em virtude das razões expostas na petição de fls. 289-296, e-STJ, reconsidero a decisão de fls. 285-286, e-STJ, proferida pela Presidência desta Corte Superior. Passo à nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - PENHORA - Alegação de tratar-se bem de família - Comprovação - Impenhorabilidade reconhecida, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.009/90 - Exceções dos incisos constantes do art. 3º da referida Lei não configuradas - Decisão reformada - Liberação determinada - Recurso provido, imposta pena por litigância de má-fé ao agravante/executado.

Nas razões do especial, aponta o agravante violação dos artigos 80 e 81 do Código de Processo Civil.

Requer o afastamento da multa aplicada por litigância de má-fé, justifica que não houve dolo processual quando afirmou que residia em endereço diverso do bem de família.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que o relator, singularmente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver

entendimento dominante acerca do tema.

Com referência à aplicação da multa processual, o Colegiado estadual, após minuciosa análise do acervo probatório dos autos, entendeu pela pertinência da penalidade processual por litigância de má-fé, assim discorrendo (fl. 208, e-STJ):

Por outro lado, nos termos do art. 81, caput, do CPC "*De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé...*" (grifei) , considerando que o agravante alterou a verdade dos fatos para o oficial de justiça (art. 80, II, desse Código) ao alegar, em 2017, que residia num cômodo situado na sede da empresa (fl. 77), quando, em verdade, desde setembro de 2016, ocupa o imóvel até então penhorado, reputa-se-o, de ofício, litigante de má-fé, fixada multa em 2% e indenização em 1%, ambos do valor atualizado da causa.

Com efeito, anoto que desconstituir a conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, mais uma vez, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO IBAMA. DEMOLIÇÃO. MÁ-FÉ DOS ALIENANTES RECONHECIDA NA ORIGEM. MODIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1351455/SE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 25/4/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. (...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. (...)

3. A análise quanto à configuração da litigância de má-fé exigiria, por parte desta Corte, o reexame de matéria fática, o que é vedado pela Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.589.685/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/5/2017)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora